



Senadores aprovam Marco Legal do Saneamento Básico

Gerardo Magela/Agência Senado



O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e o autor, Tasso Jereissati, na sessão em que a proposta foi aprovada

Analisado na manhã de ontem em Plenário, projeto segue para a Câmara. O texto permite a exploração privada do setor para universalizar o serviço e substitui MP que perdeu a validade

O Plenário do Senado aprovou ontem, em sessão extraordinária, projeto do senador Tasso Jereissati que estabelece um novo marco regulatório para o setor de saneamento básico. A proposta segue para a Câmara. O texto foi apresentado em substituição a uma medida provisória sobre o mesmo assunto, que perdeu a validade por não ter sido votada.

O projeto permite a exploração privada dos serviços de saneamento em todo o país. Caberá à Agência Nacional de Águas estabelecer normas para a atuação do

setor, tendo como princípios a universalização do serviço e o baixo preço da tarifa.

Críticos disseram que as empresas particulares vão querer operar apenas nos grandes centros, deixando cidades menores e afastadas de lado. Também demonstraram preocupação quanto ao futuro das companhias estaduais ou municipais de saneamento, que podem ser extintas, provocando demissões.

Os defensores afirmaram que a iniciativa vai garantir recursos que não estão ao alcance do setor público. **3**

PEC que muda o rito das MPs chega ao Senado

A proposta de emenda à Constituição que muda o rito de análise das medidas provisórias começou a tramitar no Senado. O presidente da Casa, Davi Alcolumbre, disse que a PEC pode ser votada na semana que vem. **3**



Gerardo Magela/Agência Senado

Para Randolfe, a política ambiental de Bolsonaro ofende tratados internacionais e torna o Brasil "motivo de vergonha"

Política ambiental é criticada em sessão especial

Em sessão especial para celebrar o Dia Mundial do Meio Ambiente, ambientalistas e parlamentares criticaram a política ambiental do governo Bolsonaro. Eles questionaram ações

anunciadas, como fim de demarcações e permissão para mineração em terras indígenas, flexibilização de licenciamentos ambientais e sucateamento de órgãos de defesa ambiental. **2**

Avança proibição de menor em local com bebida **4**

Davi: Lei Geral de Teles deve voltar ao debate **3**

Senado lança a 4ª edição do Arquivo S com exposição **2**

Debatedores pedem tipificação de caixa dois digital

Em audiência ontem na Comissão de Constituição e Justiça, debatedores disseram que a proposta que criminaliza o uso de caixa dois nas campanhas eleitorais pode ser aperfeiçoada para tipificar o crime de impulsionamento de publicações de postagens em redes sociais

pagas por empresas e não declaradas pelos candidatos.

A prática foi detectada nas eleições do ano passado. Hoje, pela legislação eleitoral, somente candidatos, partidos e coligações podem pagar pelo impulsionamento de posts. **4**

Jane de Araújo/Agência Senado



Humberto (2º à esq.), que presidiu o debate, apresentará emenda para incluir no texto tipificação do crime de caixa 2 digital



Jane de Araújo/Agência Senado

Renato Vieira, do INSS, e senador Rodrigo Cunha, presidente da comissão

Vazamento de dados deve ser apurado, diz presidente do INSS

A Comissão de Transparência debateu ontem o possível vazamento de dados do INSS e práticas abusivas de instituições financeiras na oferta de empréstimos

consignados. O presidente do INSS, Renato Vieira, explicou que o órgão é responsável pela concessão dos benefícios, mas não é o único envolvido no processo. **4**

No Plenário, ambientalistas criticam política para setor

Participantes de sessão especial para celebrar o Dia Mundial do Meio Ambiente questionaram medidas anunciadas ou defendidas pelo governo. Ministro Ricardo Salles saiu antes do fim e foi vaiado



AMBIENTALISTAS E PARLAMENTARES criticaram ontem a política ambiental do presidente Jair Bolsonaro, durante sessão especial do Plenário para celebrar o Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado na quarta-feira. O evento integra o Junho Verde, iniciativa do Senado para a conscientização sobre a importância da preservação ambiental.

Os convidados questionaram medidas anunciadas ou defendidas pelo Poder Executivo, como fim de demarcações de terras e permissão para mineração em áreas indígenas, flexibilização de licenciamentos ambientais, sucateamento de órgãos de defesa ambiental, alterações no Código Florestal (Lei 12.651, de 2012) e mudanças no Fundo Amazônia. Para o secretário-geral do Observatório do Clima, Carlos Rittl, o Brasil “vive tempos de obscurantismo e negacionismo”.

— Isso faz com algumas das mais altas autoridades do governo desmontem deliberadamente um legado de 30 anos de governança ambiental no Brasil, construído com imensa contribuição do Parlamento brasileiro. O Brasil sofreu prejuízos de R\$ 278 bilhões nos últimos dez anos em função de eventos climáticos extremos.

De 2013 a 2017, 2.706 municípios sofreram com secas severas. No mesmo período, 1.726 sofreram com alagamentos. Mudanças climáticas são reais, causam impactos — afirmou.

A senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA), autora do requerimento da sessão, lembrou que, antes de assumir a Presidência da República, Jair Bolsonaro admitiu a possibilidade de acabar com o Ministério do Meio Ambiente.

— Lá atrás, quando houve a possibilidade de não termos o Ministério do Meio Ambiente, já foi um sinal do que poderíamos ter para frente em relação à questão ambiental.

Flexibilização

A deputada Joenia Wapichana (Rede-RR), da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, criticou a disposição do governo de flexibilizar as regras para os licenciamentos ambientais.

— A flexibilização coloca vidas em risco. Em Brumadinho, foi alertado que existia perigo de rompimento nas barragens. Não à mineração e não à flexibilização dos licenciamentos ambientais.

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, participou da sessão e rebateu as críticas. Ele disse que “o governo não nega a existência de mudanças climáticas” e “mantém inalteradas políticas assumidas em

gestões anteriores em relação ao tema”. Salles afirmou ainda que o Poder Executivo não pretende extinguir unidades de conservação, mas defendeu “eficiência do processo de licenciamento ambiental”. Logo após o pronunciamento, Salles deixou o Plenário sob vaias de ambientalistas.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) classificou a postura do ministro de abandonar a sessão como “indignidade misturada com covardia”. Para o senador, a política ambiental de Bolsonaro ofende tratados internacionais para o combate às mudanças climáticas, o que faz do Brasil “motivo de vergonha mundial”.

— O cara de pau do ministro esquece de dizer que a intenção desse governo é destinar o Fundo da Amazônia para quem desmatou o meio ambiente, grileiros, ruralistas. Nunca a verdade foi tão violentada nesse Plenário como no dia de hoje. Nunca vi tanto ato de covardia, como no dia de hoje.

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, defendeu a cooperação internacional e a adoção de uma legislação homogênea entre os países para o combate efetivo dos crimes ambientais.

— Um dos maiores desafios do Ministério Público é garantir a efetiva responsabilização pelos crimes cometidos contra o meio ambiente.



Autor da 4ª edição, Westin faz discurso acompanhado por Randolfe (3º à dir.)

Exposição sobre o Arquivo S marca lançamento do 4º livro

O quarto volume da coleção *Arquivo S* foi lançado ontem no Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima, no Senado. O livro reúne 15 reportagens publicadas no **Jornal do Senado** e no Portal Senado Notícias em 2017 e 2018, baseadas em documentos do Arquivo da Casa, sobre fatos importantes da história do país do ponto de vista do Senado. Também foi aberta a exposição *Cinco Anos do Arquivo S — o Senado na História do Brasil*, que pode ser vista até 28 de junho.

Ao falar sobre o livro, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), graduado também em história, elogiou o Arquivo do Senado, que, entre outros documentos, lembrou, guarda as Falas do Trono, incluídas no Programa Memória do Mundo da Unesco.

— No futuro, quando outros historiadores escreverem sobre nós, falarão de todo o patrimônio que nós temos no Arquivo do Senado.

A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, destacou a

importância da cooperação entre as várias áreas e entre os colaboradores da Casa para que projetos como o *Arquivo S* sejam realizados.

Diretora da Secretaria de Comunicação Social, Angela Brandão agradeceu todos os colegas e setores envolvidos no *Arquivo S* e na organização do lançamento e da exposição, como a Secretaria de Relações Públicas, Publicidade e Marketing e a Secretaria de Editoração e Publicações, a Gráfica, responsável pela impressão dos livros da coleção.

O design das capas dos livros e o projeto gráfico da exposição são da Coordenação de Publicidade e Marketing do Senado (Comap). Ricardo Westin é autor da maior parte das reportagens e as ilustrações são do designer gráfico Bruno Bazílio.

A chefe do Serviço de Arquivo Histórico (Seahis), Rosa Vasconcelos, disse que o objetivo do projeto é dar publicidade sobre a relação entre os eventos históricos passados e contemporâneos.



Eliziane, Joênia e o ex-ministro do Meio Ambiente José Carlos Carvalho ouvem Salles, que deixou a sessão sob vaias



Edilson Rodrigues/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão para debates

9h Sessão não deliberativa para pronunciamentos dos senadores.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Marco regulatório do saneamento básico é aprovado pelos senadores

Texto, que segue para análise da Câmara, permite a exploração privada do setor, com o objetivo de universalizar o serviço no país

O PLENÁRIO APROVOU ontem um novo conjunto de regras para o saneamento básico no Brasil. O PL 3.261/2019 foi apresentado por Tasso Jereissati (PSDB-CE) em substituição à Medida Provisória 868/2018, que perdeu a validade antes de ser votada. O projeto segue agora para a Câmara dos Deputados.

O texto permite a exploração privada dos serviços de saneamento. Caberá à Agência Nacional de Águas (ANA) estabelecer normas para a atuação do setor privado, tendo como princípios a universalização do serviço e o baixo preço da tarifa.

Os críticos do projeto alegam que as empresas privadas vão querer operar apenas nos grandes centros urbanos, rentáveis, deixando cidades menores e afastadas de lado. Além disso, as empresas públicas municipais e estaduais podem ser extintas.

A proposta foi aprovada graças a acordos que possibili-



Davi Alcolumbre e Roberto Rocha: acordo permitiu aprovação do projeto

taram a aceitação de emendas por parte do relator, Roberto Rocha (PSDB-MA). Ele disse que procurou assegurar “uma transição suave, capaz de preservar a higidez financeira das empresas estaduais”.

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) lembrou que a experiência de privatização do serviço em Manaus não foi boa:

— Por isso, procuramos ajudar a elaborar um texto que atendessem não só regiões com

potencial econômico, mas também municípios do interior.

Segundo Randolfe Rodrigues (Rede-AP), é certo que o atual modelo fracassou, todavia seria necessário mais tempo para resolver todas as controvérsias do projeto. Ele e outros senadores pediram o adiamento da votação. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, garantiu, no entanto, que o texto voltará à Casa depois de analisado pela Câmara.

Os senadores Angelo Coronel (PSD-BA), Weverton (PDT-MA) e Zenaide Maia (Pros-RN) mostraram-se preocupados com o futuro das empresas públicas e de seus trabalhadores.

Segundo os que foram favoráveis ao projeto, a iniciativa vai garantir recursos que não estão ao alcance do setor público. Carlos Viana (PSD-MG) deu o exemplo de Minas Gerais. Segundo ele, a estatal mineira de saneamento é eficiente, mas, dos 853 municípios, apenas 300 têm plano de saneamento.

A senadora Kátia Abreu (PDT-TO) disse que a responsabilidade dos gestores municipais vai ser muito grande, pois caberá a eles escolher bem as empresas responsáveis por prestar os serviços.

— Se elas não cumprirem o contrato, terão de pagar multas altas. No Tocantins, por exemplo, onde o setor já foi privatizado, há 40 cidades recebendo o serviço.

Mudança no rito de medidas provisórias chega ao Senado

A proposta de emenda à Constituição que muda o rito das medidas provisórias no Congresso já foi recebida pela Mesa, anunciou o presidente do Senado, Davi Alcolumbre.

A PEC 91/2019 foi aprovada na quarta-feira pela Câmara dos Deputados, após acordo com o presidente da Casa, Rodrigo Maia. Davi disse que a PEC permitirá “resolver de uma vez por todas as angústias dos senadores em relação aos prazos das medidas provisórias”. Agora a proposta deve ser analisada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Davi disse que se a CCJ aprovar a PEC na quarta-feira pela manhã, à tarde ela será votada no Plenário.

— A matéria será incluída semana que vem para resolvermos esse problema de prazos

em relação às medidas provisórias. Divido com o Plenário do Senado essa grande conquista. Obrigado aos senadores pela confiança e à Câmara por votar essa matéria — disse.

O texto garante pelo menos 30 dias para que o Senado analise uma MP. O tempo escasso com que as medidas chegavam à Casa muitas vezes impossibilitava que os senadores fizessem alterações antes do vencimento da proposição, porque as MPs precisam voltar à Câmara quando são modificadas pelo Senado.

A PEC prevê a perda da validade das MPs em vários casos: na comissão mista, após 40 dias do recebimento; na Câmara, 40 dias após análise da comissão; no Senado, 30 dias após aprovação na Câmara; e na Câmara, 10 dias após análise do Senado.

Lei Geral de Telecomunicações deve voltar a debate, afirma Davi

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse que o projeto de lei que altera a Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9.472, de 1997) deve voltar a ser discutido em breve.

Daniella Ribeiro (PP-PB) é relatora da proposta (PLC 79/2016) na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

— A senadora está avaliando e tenho falado repetidamente

sobre o PLC. Em breve vocês terão notícias — disse Davi.

A proposta altera o regime de concessão da telefonia fixa, permitindo que seja feita por autorização à iniciativa privada. O projeto também transfere a infraestrutura de telecomunicações da União para as concessionárias que exploram o serviço desde a privatização do setor, em 1998.

Davi defende avanço em divulgação de lista de espera por cirurgia no SUS

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse que pedirá o compromisso do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, de votar o projeto que obriga os governos a publicar na internet as listas de pacientes das cirurgias eletivas em hospitais conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

O PLS 393/2015 já foi aprovada pelos senadores e remetido à Câmara, onde passou por uma comissão em 2018, mas agora está parado.

De acordo com o texto do senador Reguffe (sem partido-DF), as listas devem ser divulgadas na internet com o número da identidade, a ordem em que está na fila e a data do agendamento da cirurgia. O nome dos pacientes será preservado em respeito à privacidade.

Para Reguffe, a divulgação moraliza o processo e inibe a prática, muitas vezes adotada

por agentes políticos e autoridades, do uso de influência para furar a fila das cirurgias eletivas, comumente usada como moeda de barganha eleitoral.

A adulteração ou a fraude às listas de pacientes que aguardam por cirurgias no SUS passam a ser consideradas e tratadas como improbidade administrativa.

Substitutivo do ex-deputado Índio da Costa também obriga a divulgação da lista de consultas e exames complementares. O novo texto ainda ampliou o tempo de frequência de atualização das listas de cirurgia de semanal para quinzenal, regra incluída na Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080, de 1990). A regra vale também para plantonistas.

A proposta deve ser analisada por mais duas comissões da Câmara e depois segue para o Plenário.

São milhões de pessoas sem água tratada e sem esgoto, diz Alvaro

Alvaro Dias (Pode-PR) defendeu ontem, antes da sessão deliberativa, a votação do projeto do



Marco Legal do Saneamento Básico. Para ele, mesmo que a constitucionalidade do texto tenha sido questionada, o Senado precisa discutir e fazer os aprimoramentos necessários, já que são mais de 35 milhões de brasileiros sem acesso à água tratada e mais de 100 milhões sem acesso ao esgoto sanitário.

Alvaro se disse preocupado com relação à participação de empresas privadas. Para ele, é preciso oferecer garantias para não levar à falência as empresas públicas.

Saneamento preserva o meio ambiente, defende Confúcio

A atualização do Marco Legal do Saneamento Básico no Brasil está diretamente ligada ao meio



ambiente, afirmou ontem o senador Confúcio Moura (MDB-RO). Ele disse que o Brasil ainda tem abastecimento precário de água em locais mais pobres, o que resulta em uso incorreto do recurso. Outro problema, ressaltou, é a falta de destinação correta de esgoto e lixo, com a poluição do meio ambiente.

— Fazer uso correto da água, o tratamento e a destinação corretos do esgoto e do lixo é contribuir para o meio ambiente — afirmou.

Kajuru se solidariza com vítimas de desastres ambientais

Jorge Kajuru (PSB-GO) lembrou ontem, em Plenário, do Dia Mundial do Meio Ambiente, em 5 de junho. O senador se solidarizou com as vítimas de desastres ambientais no Brasil e afirmou estar de luto pelo Rio Doce, pelo desmatamento e pelo Rio Araguaia.



— A atenção com o meio ambiente é prioridade em nações civilizadas. Preservá-lo é vital para todos os seres que habitam a Terra. As ocupações se voltam para o Brasil por termos a maior diversidade biológica do mundo, a maior floresta ainda preservada — disse.

RÁPIDAS

APROVADA URGÊNCIA PARA PROJETO SOBRE RODOVIAS

O Plenário aprovou ontem urgência para análise de um projeto que assegura a permanência de edificações comerciais e residenciais já erguidas à margem de rodovias federais e ferrovias, ainda que a lei em vigor proíba a existência de construções em uma faixa de 15 metros de cada lado de estradas ou trilhos. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 26/2018 estará na ordem do dia da próxima sessão deliberativa, marcada para quarta-feira.

PLENÁRIO PODE VOTAR FIM DO SIGILO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Os senadores decidiram ontem que o fim do sigilo bancário de operações de instituições públicas de crédito com países estrangeiros será analisado com urgência em Plenário. O texto deve ser pautado na ordem do dia da próxima sessão deliberativa, marcada para a quarta-feira.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 26/2014 — Complementar é de autoria do senador Alvaro Dias (Pode-PR).

Proibição de menor em local com bebida liberada avança

Projeto aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos impede a entrada de criança ou adolescente em eventos com acesso livre a álcool e prevê educação emocional no currículo escolar

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem uma proposta que proíbe a entrada de crianças e adolescentes em qualquer evento em que haja o livre fornecimento de bebidas alcoólicas.

O PLS 486/2018 altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA — Lei 8.069, de 1990). A proposta impõe multa e permite o fechamento de estabelecimentos, em caso de reincidência, que admitam a entrada ou a permanência de criança ou de adolescente nesses eventos.

Originalmente o texto mencionava explicitamente a proibição de menores de 18 anos em bailes funk, mas o relator, senador Eduardo Girão (Pode-CE), acatou uma emenda que retirou a expressão do texto. De acordo com ele, falar exclusivamente de baile funk restringia o âmbito da proposta.

— A expressão, em verdade, diminui a universalidade da proposição, retirando-lhe força ao fragilizá-la perante a Constituição. Falar especificamente dos bailes funk seria discriminatório. Além disso, a proibição deve se dar de maneira ampla — explicou.

A proposta foi uma das 33



Eduardo Girão foi o relator do projeto, resultante da CPI dos Maus-Tratos

resultantes da CPI dos Maus-Tratos. Além da proibição de menores de idade em alguns eventos culturais, os projetos tratam de temas como atendimento psicológico na escola e educação emocional no currículo escolar e punições maiores para profissionais (e pessoas em geral) que lidem com menores de 18 anos e cometam abusos.

O projeto ainda deve passar pela Comissão de Educação (CE) e pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Refugiados

A CDH também aprovou requerimentos para realização de audiências públicas sobre assuntos como o tratamento

a refugiados no Brasil, intolerância religiosa, situação da população de rua, combate à escravidão contemporânea, descarte de lixo eletrônico, acessibilidade a eletrodomésticos de linha branca e marrom (TVs, som e vídeo) e o corte de 25% no orçamento do Censo 2020.

Outro requerimento aprovado, do senador Paulo Rocha (PT-PA), é para que a comissão analise o Programa Mais Médicos.

— As consequências da redução desse programa foram graves para o interior do país. Se é com cubanos ou com brasileiros, não importa. A assistência de médicos precisa continuar — disse Rocha.

Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

Abuso de rede social pode ser incluído em texto sobre caixa 2

A proposta que criminaliza o uso de caixa dois nas campanhas eleitorais (PL 1.865/2019) pode ser aperfeiçoada para tipificar o crime de impulsionamento de publicações de postagens em redes sociais pagas por empresas e não declaradas por candidatos. Essa foi uma das sugestões apresentadas ontem durante audiência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta deve ser recomendada por meio de emenda do senador Humberto Costa (PT-PE) e será avaliada pelo relator do texto, senador Márcio Bittar (MDB-AC).

Hoje, pela legislação eleitoral, candidatos, partidos e coligações podem pagar pelo impulsionamento de posts. Porém, participantes da audiência alertaram sobre as últimas eleições, quando empresas compraram pacotes para disparar mensagens no WhatsApp e outras redes sociais contra alguns candidatos e partidos, numa espécie de caixa dois digital. Com essas informações, Humberto, que conduziu a reunião, considerou que o texto pode ser aperfeiçoado para impedir o desequilíbrio das disputas.

— Apesar de o TSE [Tribunal Superior Eleitoral] não ter visto ilegalidade, a CPI das Fake News vai mostrar que

houve um grupo de empresários que aplicou milhões de reais em bombardeios nas redes sociais para atacar candidatos e beneficiar outros. O financiamento de empresas é proibido, mas houve gastos empresariais não contabilizados — disse o senador.

Campanhas

Para o presidente da Associação dos Juizes Federais (Ajufe), Fernando Mendes, as eleições de 2018 evidenciaram a necessidade de discutir o impacto das redes sociais nas campanhas eleitorais.

— A legislação tem necessidade de se adequar de acordo com as transformações sociais. Hoje, a questão das mídias sociais traz uma nova preocupação porque tem um componente importante na formulação da política. Como vamos tratar movimentações em redes sociais que não estão diretamente ligadas a financiamento de campanhas mas podem influir nas eleições?

A proposta de tipificação do caixa dois é parte do pacote anticrime apresentado à Câmara dos Deputados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. Para facilitar a tramitação, a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) apresentou no Senado três projetos com o mesmo teor dos do pacote.

Presidente do INSS diz que órgão apura reclamações sobre vazamento de dados

O possível vazamento de dados do INSS e práticas abusivas de instituições financeiras na oferta de empréstimos consignados foram debatidos ontem na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

O presidente do colegiado e autor do requerimento para a audiência, senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL), baseou o pedido em notícias divulgadas

em abril, segundo as quais o presidente do INSS, Renato Rodrigues Vieira, teria admitido a possibilidade de vazamento e uso inapropriado das informações pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DataPrev). O senador citou o Boletim Estatístico da Previdência Social, que aponta que o INSS totalizava mais de 35 milhões de empréstimos emitidos até dezembro de 2018.

Rodrigo pediu explicações sobre a exploração, principalmente contra os idosos, e quis saber se há vulnerabilidades no sistema do INSS. De acordo com o senador, há suspeita de que os dados pessoais de todos os cadastrados estariam expostos.

O presidente do INSS explicou que o órgão é responsável pela concessão dos benefícios, mas não é o único envolvido nesse processo. Segundo

Vieira, os dados das pessoas são responsabilidade da DataPrev, que garante o sigilo das informações. Segundo ele, a liberação gera um crédito para o usuário e o detalhamento fica registrado numa base de dados, sendo repassado para as instituições financeiras por meio de uma linha de transmissão privada.

— Existem vários órgãos envolvidos nessa etapa, necessariamente — explicou.

Vieira atribuiu o aumento no número de reclamações à maior conscientização da população sobre seus direitos. Segundo ele, o INSS abriu processos administrativos para apurar condutas indevidas.

— Temos ouvido cada uma das reclamações, para identificar cada uma das instituições financeiras responsáveis pela prática abusiva, para que haja o eventual processo sancionatório — declarou.

Eliziane critica governistas por não cumprirem acordo

Eliziane Gama (Cidadania-MA) criticou a atitude de integrantes do governo de não cumprirem o acordo para derrubada do veto referente à implantação do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. O dispositivo entrou na pauta da sessão do Congresso de quarta-feira e, segundo a senadora, não foi analisado por meio de destaque porque os líderes do governo asseguraram sua derrubada, o que não foi cumprido no decorrer da votação.

— Lamento profundamente, porque isso nos deixa com um pé atrás num próximo acordo. Você faz o acordo e ele não ser cumprido é algo que realmente nos traz uma grande frustração.

Paim defende importância da reforma tributária

Paulo Paim (PT-RS) destacou a importância do debate sobre a reforma tributária para que haja maior equilíbrio na distribuição de renda e maior retorno social.

— Conforme levantamento do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação, os brasileiros estão entre os que mais pagam imposto no mundo e são os que menos recebem retorno de serviços públicos — disse.

Segundo o senador, o Brasil está em último lugar em ranking sobre o retorno de serviços, principalmente no campo social, como saúde e educação.



Foto: Geraldo Magela/Agência Senado

Flávio Arns destaca pesquisa das universidades federais

Flávio Arns (Rede-PR) destacou debate feito pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) na quarta-feira sobre o projeto que proíbe o uso de substâncias tóxicas a recifes de corais em protetores solares (PL 616/2019). Segundo o senador, a audiência foi importante por tratar de questões referentes ao meio ambiente, mas também sobre a importância da pesquisa nas universidades.

— Foi um debate muito bom, muito interessante, e procuramos, naquele momento, enfatizar o papel importante da instituição de ensino superior.



Foto: Geraldo Magela/Agência Senado

Rogério condena projeto que muda regras da CNH

Rogério Carvalho (PT-SE) criticou o projeto que muda as regras para obtenção e suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). O texto, que amplia de 5 para 10 anos a validade da CNH e aumenta de 20 para 40 pontos o limite para a suspensão da carteira, foi apresentado pelo presidente Jair Bolsonaro na terça-feira. Para o senador, a proposta contribuirá para o aumento dos acidentes de trânsito.

— O governo Bolsonaro demonstra mais uma vez que está empenhado numa espécie de “necropolítica”, a política da morte.



Foto: Geraldo Magela/Agência Senado